

Que vantagem Maria leva?

Um olhar psicanalítico sobre a corrupção

Marion Minerbo

O que é *corromper*? O termo pode ter uma significação fraca (corromper a juventude) e um sentido mais forte (corromper um juiz). Neste caso, a própria palavra *justiça* deixa de ter sentido.

O que é um olhar psicanalítico?

A psicanálise é um instrumento crítico do social porque permite o resgate de certos aspectos de categorias com as quais operamos no dia a dia. No caso da corrupção, isto significa dirigir-nos à ordem de determinação de certo conjunto de representações que a caracteriza; significa trazer à luz o que faz com que certa configuração da realidade mereça este nome, diferenciando-a de outros setores da realidade com os quais faz fronteira. Em outras palavras,

mapear o campo da corrupção implica em diferenciá-la de fenômenos adjacentes e depois identificar sua especificidade enquanto fenômeno social: a corrupção corrompe o que, de que maneira, com que conseqüências, segundo a determinação de que regras, de que lógica inconsciente?

Marion Minerbo é psicanalista, membro efetivo e docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, doutora em medicina pela Escola Paulista de Medicina, sócia fundadora do Instituto Terapêutico Adolescência.

Uma vez efetuado este resgate, certos modos de ser que não pareciam fazer parte do campo da corrupção mostram sê-lo, enquanto outros o são apenas para o senso comum. Neste sentido, o olhar psicanalítico se afasta da abordagem moralista e, por esta razão, é potencialmente subversivo.

O primeiro e melhor exemplo da subversão do uso rotineiro de uma categoria continua sendo o que

Nosso foco é a corrupção enquanto fenômeno social, que não pode ser considerada como somatória de suas manifestações individuais.

Freud fez ao ressignificar a sexualidade¹. Para o senso comum, a sexualidade é sinônimo de genitalidade e o coito está ligado ao instinto sexual. Freud começa pela distinção entre instinto e pulsão. Em seguida mostra o que há de sexual no ato de chupar o dedo, no sintoma, no sonho e em todas as atividades sublimatórias. Finalmente, afirma que a sexualidade, via recálque, está na própria fundação do sujeito psíquico.

Ainda há que diferenciar, metodologicamente, a psicanálise do divã da dos fenômenos cotidianos. Neste texto, não estamos interessados na pessoa que corrompe

ou se deixa corromper, nem o que está sendo corrompido no indivíduo. Nosso foco não é o divã, mas a corrupção enquanto *fenômeno social*. Em outras palavras, a corrupção enquanto fenômeno social não pode ser considerada como somatória de suas manifestações individuais. Por esta razão, a dinâmica edípica ou pré-edípica do sujeito corruptor ou corrompido, sua submissão ao princípio do prazer, inveja e a voracidade, bem como a qualidade de suas relações objetais não serão alvo de nossa investigação, simplesmente por se situarem num campo de observação distinto.

Corromper um jovem/ corromper um juiz

Uma maneira, entre outras, de se iniciar a investigação, pode ser uma consulta ao dicionário. No verbete "corrupção" encontramos:

1. Sinônimos: putrefação, depravação, adulteração, perda da pureza ou integridade; perversão ou deterioração de princípios morais.

2. Usos do termo: corromper um juiz; corromper a juventude.

Uma primeira constatação é que, ao contrário dos *sinônimos*, que mostram uma uniformidade de sentido, *os usos do termo* são heterogêneos. Embora o sentido geral de deterioração de valores morais seja óbvio em ambos os casos, nota-se que há uma diferença entre corromper alguém que representa apenas a si mesmo (a juventude) e alguém que representa uma instituição. Embora a primeira seja lamentável, intuímos que a segunda tem graves repercussões, pelo alcance e importância da Justiça como cimento social. Esta observação não passa despercebida ao psicanalista, que pode tomá-la como ponto de partida. Afinal, qual a diferença entre corromper um jovem e um juiz? Trata-se do mesmo processo, apli-

cado a pessoas diferentes? Ou seriam processos diferentes determinados por lógicas diversas?

Recorro à ficção como manancial dos modos de ser possíveis para o homem. Um pequeno trecho de *A Filosofia na Alcova*² ilustra bem o processo de *corrupção de um jovem*. O livro começa com a Sra. de Saint-Ange (santo-anjo) expondo ao seu irmão, o Cavaleiro de Mirvel, seu projeto de educação para a jovem Eugênia.

Saint-Ange: Trata-se de uma educação; é uma garota que conheci no convento (...) Dolmancé (outro libertino) e eu incutiremos em sua linda cabecinha todos os princípios da libertinagem mais desenfreada.

Cavaleiro: Ah, sacana, que prazer terás educando esta criança! Como será delicioso corrompê-la, abafar num coração juvenil as sementes da virtude e de religião que suas preceptoras lhe incutiram! Na verdade é devassidão demais para mim.

Saint-Ange: seguramente não pouparei nada para pervertê-la e por de pernas para o ar todos os falsos princípios morais com que já a ator-doaram.(...)

Cavaleiro: (...) Ah, minha cara amiga, que tua aluna corresponda ao empenho do mestre e te garanto que logo estará perdida.

Saint-Ange: com a disposição que tem, certamente não vai demorar.

(Mais adiante) Eugênia pergunta se a virtude não se opõe a uma tal conduta.

Dolmancé: Ah, renuncia às virtudes, Eugênia! Haverá algum sacrifício feito a estas falsas divindades que valham um só minuto dos prazeres que sentimos ultrajando-as" (p.37).

A corrupção do jovem se dá numa época em que o adolescente internaliza as representações que irão constituir sua identidade, inclusive as representações morais: o que é certo, errado, desejável, ver-

gonhoso, etc. A jovem Eugênia é enviada por sua mãe ao convento. Ela (a mãe) sabe que *é no e pelo* social que o sujeito psíquico adulto irá se constituir. A Igreja se abre para recebê-la, oferecendo-lhe um lugar reconhecido e filiação, desde que ela aceite apreender o mundo e conferir sentido à realidade mediante certa grade simbólica – a que caracteriza esta instituição. A Igreja espera ocupar uma parte de seu espaço psíquico, por exemplo fazen-

O perverso age de boa fé: tanto acredita no que diz como se conduz de acordo com suas convicções.

do com que Eugênia reproduza seu ideal de ego. De fato, se tudo funcionar bem ela desejará ser o que a Igreja lhe ensinou que deve ser. Tornar-se uma "moça virtuosa" irá satisfazer simultaneamente seu próprio ideal e o da instituição, para não falar no da mãe.

A título de exercício, suponhamos que a educação de Eugênia estivesse sendo bem conduzida pelo convento. Tomemos os valores que ali se praticam como paradigma moral: a pureza, a castidade e as virtudes em geral. Saint-Ange se propõe a corrompê-la. A educação na alcova é um sucesso. Teoria e prática não apenas legitimam todas as formas de gozo sexual como transformam a libertinagem no novo

ideal de ego de Eugênia. Passa a acreditar tão sinceramente no Diabo quanto antes acreditava em Deus: a virtude é um mal a ser combatido e ser prostituta é uma honra. "Oh, como acolho o mal em meu coração! agora vejo como isto é verdade! sei que agora não há retorno possível para mim!" etc. Agora ela desafia e se contrapõe à moral da época. Curiosamente, tudo o que aprende se transforma imediatamente em verdade inquestionável. Eugênia continua tão ingênua quanto antes. Retornaremos a esta observação mais adiante. Tudo indica que estamos diante de um caso exemplar de corrupção da juventude. A castidade, a pureza e as virtudes – aqui, sinônimos de integridade moral – foram transformadas em seu exato oposto, a devassidão, a maldade e a libertinagem. Em lugar do culto a Deus, agora temos o culto ao Diabo. É exatamente o que o *sensu comum* – que qualifica, descreve e se detém nas aparências – entende por corrupção dos valores morais.

Entretanto, algo neste argumento incomoda o psicanalista. Afinal, castidade não é sinônimo de integridade moral. A um olhar mais atento percebemos que a pureza sexual está sendo tomada como paradigma de integridade moral e que, conspurcada a primeira, está corrompida a segunda. Por um efeito de palavra – "pureza" – a lógica do senso comum toma um valor contingente, a pureza sexual, por um valor absoluto, a integridade (ou pureza) moral. O psicanalista se deixou levar pela lógica da *moralidade*³, que prescreve as normas de acordo com a ideologia vigente, mas é incapaz de pensá-las. Agora, em seu esforço de análise, de desconstrução da categoria, rompe-se o campo da moralidade, que o aprisionava, e percebe que a verdadeira *integridade moral* – esta que se opõe à corrupção no sentido forte do termo – só pode ser crítica, jamais prescritiva.

Com Sade, o psicanalista redescobre o que já sabia: a inversão de valores produzida pela educação na alcova faz parte da lógica da perversão⁴ e percebe que, apesar da proximidade entre os termos, perversão e corrupção não são a mesma coisa. Na elaboração normal do Édipo o sujeito se identifica ao pai e à moral vigente, renunciando ao impossível e ao proibido. Endossa o pacto social e ingressa na comunidade humana. Já a saída perversa do Édipo conduz a uma recusa da idéia de impossível/proibido (a lei e a castração) e à criação de uma moral particular, o culto ao Diabo. É importante notar que o sujeito que cria sua própria moral está inteiramente comprometido com ela. O perverso age de boa fé: tanto acredita no que diz como se conduz de acordo com suas convicções. De certa forma, ele é incorruptível: o perverso convicto jamais aceitaria suborno para abandonar sua fé!

Sua devoção ao Diabo é tão honesta que por pouco não chegamos a uma conclusão escandalosa, atribuindo-lhe integridade moral! Ora, o culto ao Diabo é incompatível com a integridade moral, não tanto por seu conteúdo, mas por ser uma moral *particular*. Qualquer que seja seu conteúdo, ela se opõe à idéia de *coletividade* e por isto não pode servir como cimento social. Condenado ao ostracismo, só lhe resta encontrar outros que pensam como ele. Saint-Ange identifica em Eugênia um terreno propício para a perversão. E parece que acertou.

Ao investigar o processo de corrupção do jovem, percebemos que se trata de corrupção no sentido fraco do termo, um mero adjetivo, que na verdade nos remete ao campo da perversão. Neste, há uma inversão de valores que cria uma moral particular, um desvio delirante; há um compromisso efetivo com os novos valores, cuja preservação está acima dos interesses próprios.

Continuemos, pois, nossa investigação. Para além do efeito de

superfície, meramente qualificativo, desejamos iluminar a lógica da corrupção, isto é, a corrupção em seu sentido forte. A título de exemplo, e para contrastar com *A Filosofia na Alcova*, nada mais esclarecedor do que o livro de Diderot⁵, *A Religiosa*. Segue um pequeno resumo.

Suzanne Simonin é uma moça cheia de qualidades, porém filha bastarda da Sra. Simonin e prova viva do pecado materno. Sua existência é altamente inconveniente, de modo que a família gostaria que ela desaparecesse para sempre num convento qualquer. Embora temente a Deus, não sente a menor inclinação para vida no claustro. Ao contrário, é por temer a Deus e amar a verdade acima de tudo, que recusa a hipocrisia de entrar para o convento. Certa madre superiora recebe um dinheiro para "convencer" – ou, em último caso, para obrigar – Suzanne a entrar para a vida monástica. Mais por efeito da chantagem da mãe do que pelo pulso da madre, a jovem acaba cedendo, para se arrepender pouco depois. Agindo de boa fé, em acordo com sua consciência, decide pedir a anulação dos votos. Suzanne se torna inconveniente, pivô de um escândalo para o convento. A superiora, com o argumento de que ela deve estar possuída pelo Demônio, alicia as outras religiosas para defenderem seus interesses. Sempre absolutamente "dentro das regras da casa", torturam Suzanne, física e moralmente, de todas as maneiras concebíveis por um bando de mulheres enclausuradas. O objetivo é, obviamente, aterrorizá-la para que desista de seu projeto, ou enlouquecê-la de vez, como sucedia com tantas outras jovens ali trancafiadas contra a vontade. Entretanto, sua paixão pela verdade é mais forte e ela sobrevive. Acaba sendo transferida para outro convento, onde a superiora se apaixona por ela e deseja torná-la sua amante. Eis um diálogo entre a superiora e Suzanne: "E

eu não sou sua madre querida? É, mas isto é proibido. Querida amiga, sou eu que o proíbo às outras, e que o permito e o peço a ti". Novamente ela resiste e se mantém fiel a si mesma. A superiora enlouquece de amor e morre. Suzanne assiste, penalizada, a tão triste fim. Este fragmento exhibe espetacularmente a corrupção das religiosas

acima dos da instituição não seria uma definição mínima de corrupção?

Em *A Religiosa*, no primeiro convento a madre superiora convoca as demais freiras para impedirem Suzanne de obter a anulação dos votos, o que abriria um perigoso precedente. Como estratégia, elas sustentam que a decisão de Suzanne não pode ser tomada em conside-

Para além do efeito de superfície meramente qualificativo, desejamos iluminar a lógica da corrupção, isto é, a corrupção em seu sentido forte.

por oposição à integridade moral de Suzanne. Cotejando os dois textos, identificamos gradações na corrupção. Há aquela que é praticamente inevitável, há a oficializada e regrada, e há a corrupção deslavada, com C maiúsculo.

Um primeiro nível de análise pode ser o próprio sistema de educação de Eugênia. Se entendemos educação como preparar alguém para a vida, parte da tarefa consiste em ajudá-la a desenvolver sua própria visão de mundo, seu próprio pensamento, crítico e independente. Ora, tanto no convento quanto na alcova esta é a última das preocupações de seus educadores. Quanto mais ingênua, quanto mais crédula, melhor. Se um educador deseja garantir sua imortalidade através de um discípulo, é inevitável que coloque seus interesses acima dos do aluno (autonomia de pensamento), deturpando o processo. Colocar seus próprios interesses

porque, indo contra os interesses do convento, só pode provir do demônio. Para demovê-la da decisão demoníaca torturam a pobre moça, sempre dentro das regras do convento, porém nas brechas da lei. A estratégia adotada nada mais é do que um lobby.

Assim, um segundo nível de corrupção está oficializado e regrado: sabendo que um tanto de corrupção é inevitável, a lei prevê certas regras para contê-la⁶. O lobby é um grupo que faz pressão para obter privilégios ou defender seus interesses, agindo dentro da lei. Sustenta uma verdade parcial ou mesmo uma mentira, desconsiderando suas conseqüências em nível coletivo. Quanto maior o lobby, mais forte, donde sua tentativa de englobar o maior número de pessoas. Percebe-se que a diferença entre o lobby das religiosas e os do governo é apenas a crueldade dos meios empregados para fazer

pressão. Ainda neste segundo nível estamos todos nós, quando procuramos escapar de certas obrigações pelas *brechas da lei*, desconsiderando seu *espírito*. Deixo ao leitor a tarefa de encontrar os exemplos em seu próprio cotidiano.

Apenas no segundo convento, onde a superiora apaixonada admite que é ela que faz a lei, que encontramos a *corrupção com C maiúsculo*. "Querida amiga, sou eu que o proíbo às outras, e que o permito

No Brasil, a idéia de que todos são iguais perante a lei parece não encontrar ponto de ancoragem no imaginário nacional.

e o peço a ti". A madre superiora, representante máxima da instituição, viola e renega a lei que supostamente deveria encarnar e defender. Isto nos remete de volta ao segundo uso do termo, a corrupção do juiz.

A Justiça é uma instituição que está na base da vida em sociedade. Sua prática cotidiana preserva os direitos e deveres de todos mas, principalmente, reforça a própria idéia de Justiça, o que é essencial à sua sobrevivência. Um juiz incorruptível está identificado com a Justiça a ponto de seus interesses pessoais coincidirem com os da instituição. É este o sentido de "encarnar a lei". Fora dela sua vida não teria sentido, de modo que ele tudo fará para garantir sua força e credibilidade.

Assim se reproduz o sistema simbólico que determina tudo o que é considerado legítimo ou ilegítimo em dada cultura. Já um juiz corrupto age de má fé. Sustenta uma mentira ou não defende uma verdade em troca de algum benefício pessoal. A má fé se traduz por um *discurso cínico* que sustenta que todos são corruptos perante a lei, é apenas uma questão de preço. A justiça não existe, o que existe são as brechas da lei. Não adianta ser honesto pois ninguém mais o é. Se eu não lutar por meus privilégios, irei perdê-los. Se eu não levar vantagem sobre os outros, estes levarão vantagem sobre mim. Todos usam o poder em benefício próprio. Mesmo quem aparentemente não se deixa corromper, deve estar levando alguma vantagem nisto.

Finalmente, temos a *naturalização* destas proposições: levar vantagem faz parte da natureza humana, tanto que sempre houve uma divisão da sociedade entre os privilegiados e o resto. Ao fim e ao cabo, tal naturalização cria uma *prática* que tende a se institucionalizar. Procura envolver o maior número de pessoas que, em função das vantagens auferidas, já não podem sair do sistema, como na máfia. É um discurso cínico, impregnado de má fé⁷, que reconhece a lei enquanto tal porém sustenta um descompromisso com ela e com o coletivo.

Enfim, a corrupção enquanto prática é a institucionalização da imoralidade. No Brasil, particularmente, a idéia de que todos são iguais perante a lei parece não encontrar ponto de ancoragem no imaginário nacional. Não vamos entrar em suas razões históricas e funcionais, que remontam à colonização do nosso país. A Lei de Gerson faz parte do nosso capital simbólico, de nossa cultura, de nossa identidade. Ela se tornou natural e inquestionável, tanto para os privilegiados quanto para os que não o são. Estamos todos convencidos de que *apesar de injusto, é assim*. Percebe-

se que a subjetividade que aí se constitui estará impregnada, em algum grau, por uma lógica que permite/obriga certa leitura do mundo e que determina, em nível coletivo, certo modo de ser, de pensar e de agir. O jeitinho brasileiro tem parentesco inequívoco com a Lei de Gerson.

A lógica da corrupção

Depois de diferenciar corrupção de perversão e de mencionar suas gradações, vimos que a naturalização de seu discurso cria uma prática que tende a institucionalizar a imoralidade. Ainda com Sade faremos agora um *tour* por mais um nível da degradação humana, a corrupção dos pais de Eugênia, trazendo à luz a lógica da corrupção. Recordamos que a garota parte para seu destino com a anuência de seu pai e a conivência da mãe.

"Cavaleiro: Mas, responde, não temes a reação de seus pais? E se a garota der com a língua nos dentes ao voltar para casa?"

Saint-Ange: Não tenhas medo, seduzi seu pai, este já me pertence. Devo confessá-lo? Entreguei-me a ele para que fechasse os olhos. Ignora meus propósitos e nem ousaria penetrá-los. Tenho-o nas mãos. "(p.19)".

Mais adiante, Eugênia conta que sua mãe, mulher muito devota, não queria deixá-la partir, dizendo não ser conveniente a uma jovem de sua idade sair sozinha. Mas seu pai tratou-a tão mal que um único olhar seu a fez regressar ao nada. Ela acabou por consentir.

A primeira condição para a perversão de Eugênia é *suborno* do pai. Ora, supostamente os pais deveriam estar identificados com os filhos a ponto do interesse dos primeiros coincidir com o bem estar dos últimos⁸. Se esta é a própria razão de ser da família, é inconcebível que o interesse pessoal, mesquinho e efê-

mero dos pais possa prevalecer sobre sua continuidade através dos filhos. Ao contrário, não é incomum que a morte, real ou simbólica, dos filhos, esvazie de sentido a vida dos pais.

A mãe, por outro lado, ama a filha e sabe que não deve deixá-la ir. Esboça uma reação tímida mas, conhecendo a violência do marido, teme mais por sua própria pele do que pelo que possa acontecer à garota. Fraca e covarde, desiste de se opor, silencia, *regressa ao nada*. Ela *se omite e se torna conivente*, permitindo que o processo prossiga. Subornar os fortes e atemorizar os fracos sempre foi o primeiro passo para a institucionalização da corrupção.

Sadé é cruel, mas conseqüente. A mãe de Eugênia se cala para salvar a pele; a filha termina por matá-la. E não se trata de um matricídio *à la* Édipo, mas de um simples ato delinqüente. "Que laços me prendem à mulher que me pariu?" pergunta ela. Moral da história: a corrupção dos pais representa sua morte. Não necessariamente uma morte concreta, mas certamente morte simbólica.

Por que morte simbólica? Porque os lugares, as funções, os afetos, as representações que cercam os significantes "pai", "mãe" e "filha" (amor, respeito, ódio, culpa, gratidão, cuidados etc.) devem-se à lógica simbólica que faz, de um grupo de pessoas, uma família. Fora desta lógica tais palavras são sons ociosos e vazios de significação efetiva. Os pais de Eugênia podem tratá-la bem ou serem cruéis. Esta pode ser uma boa filha ou mesmo matar os pais. Em todos estes casos, os lugares simbólicos são reconhecidos enquanto tais por todos os membros da família.

Entretanto, se os pais se recusam a encarnar a lógica que os determina enquanto pais - se não ocupam o lugar que lhes cabe, se entregam Eugênia ao perigo - automaticamente o lugar de "filha" perde o

sentido. O problema não é tanto que ela se recuse a ocupar este lugar, que o ocupe de uma maneira inversa, ou que ela tenha sido destituída deste lugar pelos pais. É que o lugar não existe mais - *uma mulher a colocou no mundo*, eis a que ficou reduzido o significante "mãe", completamente esvaziado de sua carga afetiva. Eugênia se torna um corpo colocado no mundo por ou-

As representações que cercam os significantes *pai, mãe, filha* devem-se à lógica simbólica que faz, de um grupo de pessoas, uma família.

tro corpo. Todas as significações operantes, consensuais, características desta estrutura, viram pó. A família, enquanto estrutura simbólica, se desintegra. Desta perspectiva, já não faz qualquer sentido falar em amor filial, da mesma forma que já não se pode falar em matricídio, mas em homicídio. Se no início a mãe de Eugênia leva vantagem, no limite não há vantagem alguma!

Da mesma forma, a corrupção do juiz destrói justamente o que faz dele um juiz. Simultaneamente são corroídas as demais significações operantes que caracterizam esta instituição: réu, acusado, promotor, punidade, sentença, defesa, condenação etc. Estas palavras se transformam em significantes ociosos, vazios de sentido, perdem sua legitimidade e não há mais consenso sobre

seu valor. E o mais grave: elas não têm mais o poder de fundar subjetividades. Isto significa que para os indivíduos aí constituídos, "justiça" não significa rigorosamente mais nada.

Considerando o exposto, a *lógica da corrupção* pode ser descrita como se segue. Qualquer sistema simbólico, por ser uma virtualidade, necessita de suportes concretos e ocasiões concretas para existir. A cada vez que um juiz julga de maneira justa, e que sua sentença é cumprida, a idéia de Justiça tem continuidade. Quando o representante emblemático de uma instituição (juiz, madre superiora, pais, educador etc.) coloca seus interesses acima dos dela, está se recusando a encarnar aquela instituição, a ser seu porta-voz, a reproduzir seu discurso, a fazer viver em si e por si suas significações operantes. Esta recusa é um ato de suicídio simbólico, pois a contraparte da afirmação de que a Justiça só existe nos/pelos juizes justos é que o juiz só existe na/pela Justiça. Quando o contexto em que as representações determinadas pelo campo da Justiça faziam sentido é reduzido a pó, as palavras são despojadas de sua significação. Os significantes são separados de seu significado produzindo um esvaziamento semântico. A lógica da corrupção minou o significado das palavras que perdem o poder de criar subjetividades. A idéia de Justiça deixa de significar qualquer coisa para as pessoas. Estão destruídas as condições de possibilidade do pacto social. Que vantagem Maria leva em viver na anomia?

No início do texto propusemos algumas questões: a corrupção corrompe o que, de que maneira, com que conseqüências, segundo a determinação de que lógica inconsciente. Dissemos também que, ao olhar psicanalítico, certos modos de ser que não pareciam fazer parte do campo da corrupção mostram sê-lo, enquanto outros o são apenas para o senso comum. Descubrimos que

a corrupção desnatura um sistema simbólico provocando seu esvaziamento semântico⁹. Como consequência, em termos freudianos podemos dizer que as representações já não se ligam aos afetos que lhes correspondiam e as subjetividades ali constituídas já não internalizam aquelas significações. Isto vale para a justiça, nosso ponto de partida, mas vimos que vale também para

que os alunos sequer consigam ficar sentados durante as aulas, quanto mais prestar atenção e estudar. Obviamente, as questões relativas à educação são excessivamente complexas para serem tratadas aqui. O que nos importa é que, desta perspectiva, os “alunos que dão trabalho” seriam produto, entre outros fatores, da *corrupção* do sistema escolar tradicional (sem entrar no mé-

aproximado novamente. O ponto de contato entre ambas é que a corrupção não leva exatamente à anomia, mas a um novo conjunto - particular - de regras. Tomemos como exemplo a moral mafiosa. Embora o processo seja desencadeado pela corrupção de cada um dos “candidatos a mafioso”, o cimento identificatório do grupo é a adesão - em princípio, incorruptível - a uma moral perversa que se institucionaliza. Claro que pode haver traição por parte de algum elemento que não tenha “acolhido completamente o mal em seu coração” (vide a fala de Eugênia, no início do texto). Entretanto, aquele que se deixa corromper uma segunda vez, traindo a máfia, não se regenera. O traidor já não pode retornar à vida comum nem formar uma comunidade de traidores. No melhor dos casos entrega-se à polícia e, no pior, é assassinado. Ao que parece, não há retorno possível. ■

Na moral mafiosa, o cimento identificatório do grupo é a adesão - em princípio incorruptível - a uma moral perversa que se institucionaliza.

outros sistemas, como a família. Assim, ao iluminar a lógica que funda o campo da corrupção, o olhar psicanalítico desconstrói esta categoria. Os deslizamentos de sentido assim operados ampliam nossa compreensão, mostrando que a mesma lógica de esvaziamento semântico pode afetar qualquer sistema simbólico.

Tivemos a oportunidade de observar salas de aula numa escola pública¹⁰ e verificamos que, para boa parte dos alunos (considerados pelos professores como “alunos que dão trabalho”), palavras como aprender, estudar, profissão, futuro, e mesmo sala-de-aula, já não significam rigorosamente nada. De maneira complementar, os professores já não sabem para que e para quem “dão aula”. O esvaziamento semântico é notório. Não é de se admirar

rito da qualidade deste sistema, da necessidade de se repensar o sistema educacional etc.). De fato, os professores se queixam de que a situação piorou quando as autoridades aboliram, por decreto, a “repetência”. Estes se sentiram desautorizados perante os alunos, tanto quanto um juiz cuja sentença condenatória fosse, subitamente, anulada por decreto. Alegou-se que o aluno deve “passar de ano” para evitar a evasão escolar e os inúmeros riscos a que estão sujeitas as crianças que perambulam pelas ruas - o que pode ser uma razão de peso. No entanto, isto só confirma que “ensinar e aprender” tornaram-se secundários com relação a “manter as crianças na escola”, *pervertendo* sua razão de ser.

Ao fim de nosso percurso, corrupção e perversão parecem ter se

NOTAS

1. S. Freud, *Três Ensaios sobre a Sexualidade*, (1905).
2. Sade, *A Filosofia na Alcova Iluminada*, 1999.
3. F. Herrmann *Psicanálise do Quotidiano*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.
4. Chasseguet-Smirgel, J. *O Ideal do Ego*, Porto Alegre Artes Médicas, 1992.
5. Diderot, *A Religiosa*, Círculo do Livro, 1973.
6. F. Herrmann Comunicação pessoal.
7. Comte-Sponville, *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*, São Paulo, Martins Fontes, 1995.
8. É apenas em função do recorte escolhido que deixamos de lado as possíveis motivações inconscientes de cada um dos membros da família (desejos filicidas dos pais, ou uma eventual propensão de Eugênia a atuar seus aspectos perversos).
9. Devo esta expressão a Marilisa Taffarel.
10. Em *O Olhar Psicanalítico na Escola: Algumas Considerações*, texto inédito escrito por uma equipe do Instituto Therapon Adolescência.